

Sumário

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil	45
1. Direitos a uma prestação e execução	45
2. Direito potestativo e execução	46
3. Conceito de execução	49
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	49
5. Execução imprópria	51
6. Classificação da execução	52
6.1. Execução comum e execução especial	52
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	53
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	54
6.4. Execução direta e execução indireta	54
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	60
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução	62
7.1. Cognição na execução	62
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo	64
7.3. Coisa julgada	66
 Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva.....	69
1. Princípios da execução	69
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	69
1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	71
1.3. Princípio da boa-fé processual	72
1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	72
1.5. Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	75
1.6. Princípio do contraditório	79
1.7. Princípio da menor onerosidade da execução	80
1.8. Princípio da cooperação	84

1.9.	Proporcionalidade	85
1.10.	Princípio da adequação	86
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ...	87
2.	Regras fundamentais do processo de execução	90
2.1.	Regra de que não há execução sem título (<i>nulla executio sine titulo</i>)	90
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	90
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	92
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	94
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	94
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	95
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	96
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	98

Capítulo 3 ► **Tipicidade e atipicidade dos meios executivos..... 101**

1.	Introdução	101
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e standards para a compreensão do tema.....	103
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC	103
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	104
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	107
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	112
2.5.	Critérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	114
2.6.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária.....	122
2.7.	A indisponibilidade de bens como medida executiva atípica.....	126
2.8.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	127
2.9.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício.....	128
2.10.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	130
2.11.	Proibição de o juiz impor, ex officio, como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	133
2.12.	Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	133

2.13. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	134
2.14. A prisão civil como medida atípica.....	136
2.15. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	141
2.16. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	142
2.17. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	144
2.18. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp.....	146
2.19. Combinação de medida executiva atípica e sanção por comportamento processual ilícito.....	148
3. Síntese das diretrizes (standards) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	148
4. Panorama das decisões dos tribunais superiores sobre o assunto (AdI n. 5.941 e Tema 1.137 do STJ)	151

Capítulo 4 ► **Formação do processo de execução..... 153**

1. Considerações iniciais	153
2. A demanda executiva	154
2.1. Noções de demanda e de demanda executiva.....	154
2.2. Elementos objetivos da demanda executiva	155
2.2.1. Causa de pedir	156
2.2.2. Pedido.....	156
2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	159
2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC)	165
3. Petição inicial	170
3.1. Introdução	170
3.2. Requisitos de validade.....	171
3.2.1. Requisitos gerais.....	171
3.2.2. Documentos indispensáveis	173
3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	175
3.3.1. Generalidades.....	175
3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário	176
3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	178
3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	179
3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia	179

3.3.6.	Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil)	182
3.3.7.	Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil)	183
3.3.8.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	184
3.3.9.	Intimação de outro credor penhorante	185
3.3.10.	Intimação do credor de obrigação propter rem vinculada ao bem penhorado	186
3.3.11.	Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível.....	187
3.3.12.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado	187
3.3.13.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento.....	189
3.3.14.	O caso do bem gravado com servidão.....	190
3.3.15.	O possuidor conhecido do bem penhorado	191
3.3.16.	Quadro esquemático	192
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	198
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	199
4.	Efeitos da litispendência executiva	201
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	202
4.2.	Interrupção da prescrição	202
4.3.	Prevenção	204
4.4.	Litispendência	204
4.5.	Litigiosidade do objeto	204
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	204
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	206
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	206
5.1.	Introdução	206
5.2.	Título executivo	206
5.3.	Afirmiação do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	208
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	208
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	209
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	211
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	212
5.3.4.1.	A exceção substancial e a exceção de inadimplemento.....	212
5.3.4.2.	Crítica ao art. 787 do CPC.....	214
5.3.4.3.	As posturas que o executado pode adotar.....	217
5.3.4.4.	A consequência do acolhimento da exceção de inadimplemento	218

5.3.4.5.	A imputação das despesas decorrentes da sucumbência	220
5.3.4.6.	A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplimento.....	220
5.3.5.	Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo	223
5.3.6.	Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução ...	228

Capítulo 5 ► **Liquidação de sentença** **231**

1.	A decisão ilíquida	231
2.	Conceito de liquidação.....	233
3.	Liquidação de título judicial: terminologia.....	235
4.	Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental.....	236
4.1.	Introdução	236
4.2.	A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	237
4.3.	O processo de liquidação.....	238
4.4.	A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	239
5.	Legitimidade para requerer a liquidação	240
6.	Competência para conhecer e julgar a liquidação.....	241
7.	Liquidação da sentença arbitral	242
8.	Momento para requerer a liquidação	243
8.1.	Liquidação de decisão ainda pendente de recurso.....	243
8.2.	Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida.....	245
8.3.	Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	245
9.	Prescrição E Liquidação	245
10.	A cognição na liquidação	247
10.1.	A regra da fidelidade ao título	247
10.2.	A matéria de defesa na liquidação.....	248
11.	Espécies de liquidação.....	249
11.1.	Introdução	249
11.2.	A liquidação por arbitramento	250
11.3.	A liquidação pelo procedimento comum.....	256
12.	Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o <i>non liquet</i>	259
13.	A liquidação contra a fazenda pública	264
14.	Decisão e recurso na liquidação de sentença	265
15.	Liquidação de sentença e verbas de sucumbência	267

Capítulo 6 ► **Título executivo** **269**

1.	A necessidade e a importância do título executivo na execução	269
----	---	-----

2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	270
3. A taxatividade dos títulos executivos	274
4. Atributos da obrigação representada no título executivo	276
5. Rol de títulos executivos judiciais	279
5.1. Considerações gerais	279
5.2. Decisão que reconhece a existência de obrigação	279
5.2.1. Generalidades	279
5.2.2. Decisão declaratória como título executivo	280
5.2.3. Decisão constitutiva como título executivo	284
5.3. Decisão que homologar autocomposição judicial	287
5.4. Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	288
5.5. Formal e certidão de partilha	290
5.6. Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	291
5.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado	292
5.7.1. Generalidades	292
5.7.2. Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	293
5.8. Sentença arbitral	299
5.8.1. Generalidades	299
5.8.2. O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	299
5.9. Decisão estrangeira homologada pelo STJ	300
5.10. Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo STJ	301
6. Títulos executivos extrajudiciais	302
6.1. Considerações gerais	302
6.2. Títulos de crédito	302
6.2.1. Generalidades	302
6.2.2. Letra de câmbio	305
6.2.3. Nota promissória	306
6.2.4. Duplicata	306
6.2.5. Debênture	308
6.2.6. Cheque	310
6.3. Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	310
6.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas. O caso dos documentos eletrônicos (art. 784, §4º, CPC)	312
6.5. Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal	314

6.6. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	315
6.7. Contratos garantidos por caução	316
6.8. Contratos de seguro sobre a vida	317
6.9. O crédito decorrente de foro e laudêmio	318
6.10. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	318
6.11. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	320
6.12. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	321
6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	322
6.14. O contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores.....	324
6.15. Demais títulos	325
6.16. Negócios processuais e título executivo extrajudicial	327
6.17. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	328
6.18. Título executivo estrangeiro	329
6.19. Assinatura eletrônica e dispensa de testemunhas.....	331
 Capítulo 7 ► Partes	333
1. Legitimação ativa	333
2. Legitimação passiva.....	338
3. Litisconsórcio na execução	342
4. Intervenção de terceiro na execução	344
4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	344
4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	346
 Capítulo 8 ► Responsabilidade patrimonial.....	349
1. Considerações iniciais	349
2. Obrigação e responsabilidade.....	350
2.1. Visão dualista.....	350
2.2. Visão unitarista.....	353
2.3. Visão adotada.....	358
3. Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC)	359

3.1.	Generalidades	359
3.2.	Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC)	360
3.3.	Bens do sucessor a título singular (arts. 789 e 790, I, CPC)	364
3.4.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC)	367
4.	Responsabilidade secundária	367
4.1.	Bens do cônjuge ou companheiro.....	367
4.1.1.	Consideração introdutória	367
4.1.2.	Dos bens da quota-parte (comunicáveis)	368
4.1.3.	Dos bens próprios ou particulares	373
4.1.4.	Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa	374
4.2.	Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC)	376
4.3.	Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais	382
5.	Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC)	386
6.	Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC)	389
7.	Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC)	391
8.	Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje	393
9.	Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	396

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios à dignidade da justiça.....401**

1.	O princípio da boa-fé na execução	401
2.	Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	402
3.	Fraude contra credores.....	404
4.	Fraude à execução	410
4.1.	Generalidades	410
4.2.	Pressupostos	414
4.2.1.	Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC)	414
4.2.2.	Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária	416
4.2.2.1.	Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC).....	416
4.2.2.2.	Existência de averbação de processo de execução (inclusive cumprimento de sentença) no registro do bem alienado/onerado (art. 792, II, CPC)	420
4.2.2.3.	Existência de averbação, no registro do bem alienado/onerado, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, III, CPC)	423

4.2.2.4.	Outros casos de fraude à execução.....	425
4.3.	Pressuposto subjetivo: <i>scientia fraudis</i> pelo terceiro adquirente	426
4.3.1.	Nota introdutória	426
4.3.2.	Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	426
4.3.3.	Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	429
5.	Quadro comparativo	432
6.	Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, IV, e 56 da Lei 13.097/2015)	433
7.	Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	436
8.	Averbação da CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (ART. 20-b, IEI n. 10.522/2002)	438
9.	Atos atentatórios à dignidade da justiça	439
9.1.	Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	439
9.2.	<i>Contempt of court</i> na execução	443
9.2.1.	Generalidades	443
9.2.2.	Hipóteses legais.....	445
9.2.3.	Ilícito não danoso	449
9.2.4.	Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	449
9.2.5.	A punição	450

Capítulo 10 ► **Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução fundada em título extrajudicial.....453**

1.	Generalidades.....	453
2.	Honorários no cumprimento da sentença.....	454
2.1.	Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa.....	454
2.2.	Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	456
2.3.	Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação.....	457
2.4.	Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	460
2.5.	Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	463
3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial	464
3.1.	Regras gerais.....	464
3.2.	Honorários, o reconhecimento da prescrição intercorrente e a extinção da execução por abandono.....	466
3.3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública....	468
3.4.	Honorários na execução fiscal.....	469
4.	Honorários no âmbito recursal	473

Capítulo 11 ► Suspensão da execução	475
1. O curso do processo e seus momentos de crise	475
2. Suspensão da execução	476
3. Causas de suspensão da execução	477
3.1. Hipóteses dos arts. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	477
3.2. Embargos à execução	478
3.3. Não localização do executado ou de bens penhoráveis	478
3.4. Ausência de licitantes na alienação judicial	483
3.5. Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	484
4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	484
5. Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença	484

Capítulo 12 ► Extinção da execução	485
1. Generalidades	485
2. Indeferimento da petição inicial	486
3. Satisfação da obrigação	486
4. Outras causas de extinção da obrigação	488
5. Prescrição, intercorrente ou não	488
6. Extinção da execução sem análise do mérito	492

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 ► Cumprimento da sentença – disposições gerais	497
1. O cumprimento de sentença: noções gerais	497
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença	499
3. Prazo para o cumprimento da sentença	503
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC)	505
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito	506

Capítulo 14 ► Competência no cumprimento de sentença	509
1. Generalidades	509
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária	509

3. Competência para a execução da sentença.....	512
3.1. Regra geral.....	512
3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição	513
3.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando	515
3.4. Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal	516
3.5. Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca.....	518
4. Competência para a execução de sentença arbitral.....	519
5. Competência para a execução de sentença estrangeira.....	520
6. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	522
7. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo	523
8. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....	524
9. Competência para a execução individual de sentença coletiva	526
10. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	527

Capítulo 15 ► **Cumprimento provisório..... 529**

1. Consideração introdutória	529
2. Fundamentos.....	529
3. Cabimento.....	530
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	532
4.1. Generalidades	532
4.2. Requerimento do exequente	532
4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	535
4.4. Impugnação do executado	537
4.5. Autuação separada	538
4.6. Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	539
4.7. Responsabilidade objetiva do exequente	540
4.8. Caução.....	542

Capítulo 16 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de quantia..... 549**

1. Generalidades	549
2. Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	550
3. A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	558
4. Incidente de apuração do valor do crédito	560
4.1. Controle do valor exequendo pelo juiz	560
4.2. Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	561

5. Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	566
6. A impugnação ao cumprimento da sentença	569
6.1. Noção e natureza jurídica	569
6.2. A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente <i>secundum eventum defensionis</i>	571
6.3. Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	572
6.4. Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	573
6.5. A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	574
6.6. Conteúdo	577
6.6.1. Observação inicial	577
6.6.2. Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	578
6.6.3. Ilegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	579
6.6.4. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	580
6.6.5. Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucionais (art. 525, §§ 12-14, CPC)	581
6.6.5.1. Generalidades	581
6.6.5.2. Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	584
6.6.5.3. Direito transitório	585
6.6.6. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	587
6.6.7. Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	587
6.6.8. Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	589
6.6.9. Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	589
6.6.10. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	590
6.6.11. A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	591
6.7. Desistência da execução e consentimento do executado	592
6.8. Efeito suspensivo da impugnação	593
6.9. Réplica	594
6.10. Julgamento e coisa julgada	595
7. As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	596
8. A possibilidade de averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	597
9. Protesto de sentença	597

Capítulo 17 ► Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro603

1. A tutela jurisdicional.....	603
1.1. Acepções	603
1.2. A tutela jurisdicional diferenciada.....	604
1.3. Espécies de tutela jurisdicional.....	607
1.3.1. Definitiva e provisória	607
1.3.2. Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	607
1.3.3. Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	607
1.4. Classificação da tutela específica.....	609
1.4.1. A distinção entre ilícito e dano	609
1.4.2. A tutela inibitória.....	612
1.4.3. A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	614
1.4.4. A tutela ressarcitória	617

Capítulo 18 ► Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer619

1. Introdução.....	619
2. Abrangência do art. 497 do CPC.....	620
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente.....	623
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	627
4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor.....	627
4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	628
4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente	631
4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução.....	635
4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos	636
4.5.1. Momento da conversão	636
4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos.....	638
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer	640
5.1. Introdução	640
5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta	640
5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC)	641
5.4. A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta	644

5.5. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	645
6. Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer	646
7. O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta.....	646
8. A multa coercitiva	647
8.1. Natureza jurídica e beneficiário.....	647
8.2. Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade da multa	651
8.2.1. Prazo para cumprimento voluntário da ordem	652
8.2.2. Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	653
8.2.3. Alteração do valor e da periodicidade da multa	657
8.3. Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva	659
8.4. Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo ("duty to mitigate the loss") e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de <i>suppressio</i>	664
8.5. Destinatário da multa	667
8.6. Imposição da multa à Fazenda Pública.....	670
8.7. Possibilidade de cumulação com a multa por <i>contempt of court</i> (art. 77, §§ 2º e 4º, CPC)	671
8.8. Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	675
8.9. Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	676
8.10. Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo.....	677
9. A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica.....	680
10. A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	680
11. Procedimento	681
11.1. A execução como fase do procedimento	681
11.2. A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão	682
11.3. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	683
11.4. A medida executiva e sua incidência.....	686
11.5. A defesa do devedor durante a fase de cumprimento.....	688
12. Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC).....	690

Capítulo 19 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....693**

1. Introdução.....	693
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	694

3. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	694
3.1. Regra geral.....	694
3.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	695
3.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica.....	696
3.4. Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos.....	697
3.4.1. Introdução.....	697
3.4.2. Obrigação de dar ou de restituir coisa certa.....	697
3.4.3. Obrigação de entregar coisa incerta.....	699
3.4.4. Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse.....	700
3.5. Momento da conversão em perdas e danos.....	701
3.6. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	701
4. Procedimento	703
4.1. Introdução	703
4.2. Deflagração a requerimento ou de ofício.....	704
4.3. Fase inicial e fase de execução forçada.....	704
4.4. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	704
4.5. Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência.....	706
4.6. Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa.....	707
5. A defesa do executado	707
5.1. Momento, forma e conteúdo	707
5.2. Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....	708
6. Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC)	711
7. A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro	715

Capítulo 20 ► **Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública719**

1. Regime jurídico.....	719
2. cumprimento de sentença em face da fazenda pública	721
3. A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação.....	724
4. Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	728
5. Os créditos de natureza alimentícia.....	729
6. Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....	734
7. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório	736
8. A lei n. 13.463/2017 e o cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais	741
9. Sequestro: natureza e objeto.....	742
10. Intervenção federal e estadual.....	744

11. Casos de dispensa de precatório	745
12. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos PARA pessoas idosas, para pessoas com doença grave e para pessoas com deficiência.....	750
13. Utilização de crédito de precatório	755
14. Parcelamento e financiamento de precatórios.....	757
15. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	760
16. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública	761
17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 62/2009	762
18. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016	765
19. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de estados, Distrito Federal e municípios criado pela EC n. 99/2017 E alterado pela EC n. 109/2021	768
20. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	771

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia** **773**

1. Panorama sobre as espécies de alimentos	773
1.1. Noções iniciais.....	773
1.2. Classificação	774
1.2.1. Quanto à origem	774
1.2.2. Quanto à estabilidade	775
1.2.3. Quanto à natureza.....	776
1.2.4. Quanto ao momento.....	777
2. Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	779
2.1. Generalidades	779
2.2. Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, caput e §§ 1º-7º, CPC): protesto e prisão civil	781
2.3. Cumprimento de sentença por desconto.....	792
2.4. Cumprimento de sentença por expropriação	794
2.4.1. Nota introdutória	794
2.4.2. Levantamento de dinheiro penhorado	795
2.4.3. Direito de preferência do credor de alimentos	796
3. Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC).....	796

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ► Competência na execução fundada em título extrajudicial ... 801

1. Generalidades.....	801
2. Competência da autoridade judiciária brasileira	801
3. Competência interna para execução.....	803
4. Competência territorial	804
5. Execução hipotecária	807
6. Competência para execução fiscal	807
7. Pluralidade de executados com domicílios diferentes.....	808
8. Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens	808
9. Títulos de crédito emitidos no exterior.....	809
10. Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento.....	810
11. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	810

Capítulo 23 ► Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: fase inicial e defesa do executado 813

1. Considerações iniciais.....	813
2. Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	814
2.1. Fase inicial do procedimento executivo	814
2.1.1. Demanda executiva e controle judicial	814
2.1.2. A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	815
2.1.3. Citação na execução	816
2.1.4. Prazo para cumprimento voluntário.....	817
2.1.5. Posturas do executado após a citação	818
2.1.6. A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	819
2.2. Segunda fase: a execução forçada	823
2.3. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC).....	824
3. A defesa do executado	825
3.1. Introdução	825
3.2. Embargos à execução	826
3.2.1. Noção e natureza jurídica.....	826
3.2.2. Valor da causa.....	829
3.2.3. Prazo para ajuizamento dos embargos.....	830
3.2.4. Competência para processamento e julgamento	833

3.2.5.	Legitimidades ativa e passiva	836
3.2.6.	Intervenção de terceiro	837
3.2.7.	Efeitos dos embargos.....	838
3.2.8.	Conteúdo dos embargos.....	842
3.2.9.	Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC).....	845
3.2.10.	O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos.....	845
3.2.11.	Procedimento	851
3.2.12.	Recursos.....	853
3.2.13.	Honorários de sucumbência.....	855
3.2.14.	Desistência da execução e consentimento do executado.....	855
3.2.15.	Julgamento e coisa julgada.....	856
3.2.16.	Alegação de defesa fundada em fato superveniente	857
3.3.	Exceção de pré-executividade.....	858
3.4.	Ações autônomas (defesas heterotópicas).....	862

Capítulo 24 ► **Penhora** **869**

1.	Noções gerais	869
2.	Funções	870
2.1.	Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	870
2.2.	Conservação do bem	873
2.3.	Direito de preferência	873
3.	Natureza jurídica	874
4.	Efeitos	875
4.1.	Considerações iniciais	875
4.2.	Materiais	876
4.2.1.	Alteração do título de posse do devedor	876
4.2.2.	Ineficácia relativa dos atos de disposição	877
4.2.3.	Reflexos penais	878
4.3.	Processuais	879
4.3.1.	Individualização dos bens	879
4.3.2.	Conservação dos bens penhorados	879
4.3.3.	Efeito suspensivo à defesa do executado	879
4.3.4.	Direito de preferência	880
5.	Objeto da penhora	880
6.	Impenhorabilidade	881

6.1.	Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	881
6.2.	Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento <i>ex officio</i>	885
6.3.	Fundamentos da impenhorabilidade	890
6.4.	Negócios processuais sobre a penhorabilidade	891
6.5.	Hipóteses de impenhorabilidade	893
6.5.1.	O <i>beneficium competentiae</i>	893
6.5.2.	Bens inalienáveis	894
6.5.3.	Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	896
6.5.4.	Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	897
6.5.5.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	898
6.5.6.	Rendimentos de natureza alimentar	899
6.5.7.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	904
6.5.8.	O seguro de vida	907
6.5.9.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	909
6.5.10.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	909
6.5.11.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	912
6.5.12.	Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários-mínimos)	914
6.5.13.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	916
6.5.14.	Bem imóvel de moradia ("bem de família")	917
6.5.15.	Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	929
6.5.16.	A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	929
6.5.17.	Impenhorabilidade do <i>jus sepulchri</i> , da sepultura e do sepulcro	931
6.5.18.	Penhora de bem dado em garantia real	933
6.5.19.	Impenhorabilidade de próteses	934

6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	935
6.5.21. Impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.....	937
7. Limites da penhora	938
8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	939
9. Lugar e tempo da penhora	942
10. Realização, formalização e intimação da penhora	944
10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora	944
10.2. Ainda sobre o auto de penhora	945
10.3. Depósito	947
10.3.1. Noções gerais.....	947
10.3.2. Escolha do depositário	948
10.3.3. Funções do depositário	950
10.3.4. Remuneração do depositário	951
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	952
10.4. Intimação do executado	953
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	954
11. Penhora de imóvel	955
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	957
13. Incidentes da penhora	958
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora	958
13.2. Substituição da penhora	960
13.2.1. Nota introdutória	960
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	960
13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	963
14. Penhoras especiais	965
14.1. Penhora on-line de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	965
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	971
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	977
14.3.1. Generalidades	977
14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC)	978
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	980
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	983
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	985

Capítulo 25 ► Avaliação	989
--------------------------------------	------------

Capítulo 26 ► Adjudicação	993
--	------------

1. Considerações gerais	993
2. Procedimento	994
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	997
4. Legitimidade para adjudicar	999
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	1002

Capítulo 27 ► Alienação	1005
--------------------------------------	-------------

1. Conceito e natureza jurídica	1005
2. A alienação judicial por iniciativa particular	1008
3. Carta de alienação	1011
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	1013
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	1015
6. A alienação por leilão judicial	1017
6.1. O leilão e o leiloeiro	1017
6.2. O edital	1019
6.3. Transferência do leilão	1021
6.4. Intimações prévias necessárias	1022
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	1025
6.6. Conceito de arrematação	1025
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	1026
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	1027
6.9. Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	1028
6.10. Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC)	1029
6.11. Concurso de pretendentes	1030
6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	1032
6.13. Auto de arrematação (art. 901, CPC)	1032
6.14. Arrematação "perfeita, acabada e irretratável" (art. 903, <i>caput</i> , CPC)	1033
6.15. Desfazimento da arrematação	1035
6.15.1. Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação	1035
6.15.2. Desistência ou resilição unilateral da arrematação	1035
6.15.3. Invalidade da arrematação	1036
6.15.4. Resolução da arrematação	1039

6.16. Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	1039
7. Efeitos da alienação	1042
7.1. Efeitos no plano material	1042
7.1.1. Título e modo da aquisição	1042
7.1.2. Responsabilidade tributária do adquirente	1043
7.1.3. Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	1044
7.1.4. Posse da coisa adquirida	1044
7.1.5. Alienação de bem objeto de locação ou comodato	1045
7.1.6. Purgação dos direitos reais de garantia	1047
7.1.7. Direito aos frutos pendentes do bem	1047
7.1.8. Traspasso dos direitos reais de gozo	1047
7.2. Efeitos no plano processual	1048
7.2.1. Conversão coativa da penhora	1048
7.2.2. Dever de pagar o preço	1048
7.2.3. Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado ..	1049
8. Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	1049
9. Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)	1050
10. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	1052

Capítulo 28 ► **Entrega do dinheiro ao credor**1055

1. Pagamento ao credor na execução por quantia certa	1055
2. Entrega do dinheiro ao credor	1055
3. Direito de preferência. Concurso de penhoras	1057
3.1. Disciplina geral	1057
3.2. Pressupostos	1058
3.3. Natureza jurídica	1063
3.4. O incidente: sujeitos e objeto	1063
3.5. Questões de alta indagação	1065
3.6. Procedimento	1066
3.7. Competência para o concurso. "Conexão em razão da penhora"	1068

Capítulo 29 ► **Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública**1071

1. Observação preliminar	1071
2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da fazenda pública ...	1072

3. A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução.....	1073
3.1. Generalidades	1073
3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos	1075
3.3. Embargos parciais	1075
3.4. Procedimento dos embargos.....	1076
4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor	1077
5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	1077

Capítulo 30 ► **Execução fiscal.....1079**

1. Noções gerais.....	1079
1.1. A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa. Temas 598 e 1.064 (STJ) e 1.222 (STF)	1079
1.2. Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores e em casos em que há súmula (judicial ou administrativa), precedente obrigatório ou entendimento vinculante.....	1084
1.3. Dispensa ou arquivamento de execuções fiscais de valores pequenos propostas por Conselhos Profissionais. Tema 1.193/STJ.....	1086
1.4. Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa. Súmula do STJ, n. 329; Tema 1.30 do STJ.....	1087
1.5. Protesto de certidão de dívida ativa	1089
1.6. Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade”	1090
1.7. Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis	1092
1.8. Interesse de agir na execução fiscal, o julgamento do RE n. 1.355.208 pelo Supremo Tribunal Federal e a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça....	1093
2. As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal	1095
2.1. Legitimidade ativa.....	1095
2.2. Legitimidade passiva.....	1098
2.3. Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor	1100
2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal.....	1101
3. Competência.....	1107
3.1. Competência da primeira instância.....	1107
3.2. Competência do STF	1107
3.3. Competência da Justiça Estadual	1107
3.4. Competência da Justiça Federal	1108
3.5. Competência federal delegada	1109

3.6.	Competência da Justiça Eleitoral.....	1111
3.7.	Competência da Justiça do Trabalho.....	1111
3.8.	Competência territorial.....	1112
3.9.	Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial.....	1113
4.	Procedimento.....	1116
4.1.	Fase inicial.....	1116
4.2.	Citação na execução fiscal.....	1118
4.3.	Nomeação de bens à penhora.....	1120
5.	Penhora na execução fiscal.....	1122
5.1.	Generalidades.....	1122
5.2.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	1125
5.3.	Concurso de penhoras na execução fiscal.....	1125
6.	Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz. Tema 1.229 do Superior tribunal de justiça.....	1125
7.	A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN.....	1128
8.	Pedido de parcelamento (CPC, art. 916).....	1131
9.	Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público.....	1132
10.	A defesa do executado.....	1133
11.	Da expropriação na execução fiscal.....	1141
12.	Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal.....	1142
13.	Dos recursos na execução fiscal.....	1144

Capítulo 31 ► **Execução de alimentos fundada em título extrajudicial....1147**

Capítulo 32 ► **Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título executivo extrajudicial1153**

1.	Considerações iniciais.....	1153
2.	A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer.....	1154
3.	Procedimento.....	1155
3.1.	Introdução.....	1155
3.2.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	1156
3.3.	Segunda fase: execução forçada.....	1160
3.3.1.	Introdução.....	1160
3.3.2.	A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor.....	1161
3.3.3.	A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor.....	1163

3.3.4. Conversão da prestação de fato em perdas e danos	1168
4. A defesa do executado	1170

Capítulo 33 ► **Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial** **1173**

1. Considerações iniciais	1173
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1174
3. Procedimento	1174
3.1. Introdução	1174
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário	1175
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1178
3.4. Segunda fase: execução forçada	1181
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1181
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1181
3.5.2. Momento da conversão	1182
3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	1183
4. Defesa do executado	1184
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1186
5.1. Considerações iniciais	1186
5.2. Apuração do valor indenizatório	1187
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias)	1191
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1193

Bibliografia **1195**